

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.083 - AL (2019/0167825-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : JOSMARIO SILVA DA ROCHA
ADVOGADO : ADRIANA NOIA DA SILVA - AL011353
RECORRIDO : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : REJANE CAIADO FLEURY MEDEIROS E OUTRO(S) - AL007055B

EMENTA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUXILIAR JUDICIÁRIO DO TJ/AL. ALEGAÇÃO DE VACÂNCIA DE CARGO E DIREITO À NOMEAÇÃO E POSSE EM RAZÃO DE APROVAÇÃO EM 2º LUGAR NO CERTAME. ORDEM DENEGADA PELA CORTE DE ORIGEM AO FUNDAMENTO DE QUE O IMPETRANTE NÃO COMPROVOU TER FIGURADO COMO APROVADO NO EDITAL QUE HOMOLOGOU O CONCURSO PÚBLICO. FUNDAMENTO DO DECISUM NÃO IMPUGNADO PELO RECORRENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por Josmario Silva Rocha contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado (fl. 319):

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE APROVAÇÃO NO 2º LUGAR NO CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE AUXILIAR JUDICIÁRIO, COM LOTAÇÃO NA CIDADE DE CANAPI-AL. SUPOSTO DIREITO A NOMEAÇÃO ANTE A VACÂNCIA DO CARGO, EM 24 DE MAIO DE 2016, COM A DEMISSÃO DO SERVIDOR APROVADO NA 1ª COLOCAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE APROVAÇÃO DEFINITIVA NO ALUDIDO CERTAME, CONFORME COMPROVA O EDITAL N. 111/112-TJ/AL, DE 14.12.2012, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO CONCURSO EM EVIDÊNCIA. AUSÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO APONTADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

O recorrente narra ter prestado concurso público para investidura no cargo de Auxiliar Judiciário, no qual teria sido aprovado/classificado em 2º lugar (cadastro de reserva) e com previsão de lotação na Comarca da Canapi/AL. Afirma que o primeiro colocado foi empossado, todavia demitido em 24 de maio de 2016. Assim, declara ter direito líquido e certo à nomeação e posse em razão da vacância do cargo público e de sua classificação.

Com contrarrazões do Estado de Alagoas às fls. 336-343.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de mandado de segurança impetrado contra ato praticado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e do Corregedor Geral de Justiça pelo fato de o impetrante não ter sido nomeado para o cargo de Auxiliar Judiciário, após

vacância ocorrida por demissão de servidor público.

O impetrante, em síntese, declara que o ato de homologação do certame ocorreu em 18/12/2012 e, dentre os servidores nomeados, um teria sido demitido em 24/5/2016, ocasionando a vacância do cargo e, por conseguinte, o seu o direito à nomeação, notadamente em face de sua classificação (2º lugar).

Ocorre que a ordem foi denegada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e do acórdão se extrai que o impetrante não comprovou ter sido aprovado em 2º lugar, como alega na inicial do *writ*. Confira-se (fls. 323-324):

12. No caso dos autos, contudo, o direito líquido e certo invocado pelo impetrante não restou comprovado. Na tentativa de comprovar sua aprovação no certame ele acostou aos autos apenas o Edital n. 067-TJ/AL, de 27.09.2012 (26-79), que tomou público o resultado final das provas objetivas e o **provisório da prova discursiva, inservível, portanto, como prova definitiva de sua aprovação.**

13. Além disso, informou o Estado de Alagoas que **o nome do impetrante não figurou na publicação do Edital n. 111/112-TJ/AL, de 14.12.2012, que homologou o resultado final do concurso** em evidência, informação que restou devidamente comprovada por meio do Despacho da Procuradoria Administrativa do Poder Judiciário, às fls. 251-265 (nossos os grifos).

O impetrante, ora recorrente, por sua vez, não infirma a ausência de provas de sua aprovação na classificação que narra ocupar no certame, ou seja, não se volta contra o fundamento de que não fez prova pré-constituída de que está realmente classificado como 2º colocado para o cargo de Auxiliar Judiciário, nem sequer questiona a informação do Estado de Alagoas de que seu nome não constou na lista de aprovados contida no Edital n. 111/112-TJ/AL, de 14.12.2012.

No caso, evidencia-se ter o recorrente apenas reiterado a alegação de que foi aprovado em 2º lugar e que teria direito à nomeação e posse em decorrência da vacância do cargo público, o que não se traduz impugnação ao fundamento utilizado pelo acórdão recorrido para denegar a ordem.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, a ausência de impugnação específica ao fundamento do acórdão recorrido impede o conhecimento do recurso ordinário em mandado de segurança. Aplicável ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 283/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IRREGULARIDADE FORMAL QUE IMPEDE O SEGUIMENTO DO RECURSO.

1. Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

2. Consoante jurisprudência desta Corte Superior, padece de irregularidade formal o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança em que o recorrente descumpra seu ônus de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, deixando de atender ao princípio da dialeticidade (v.g.: AgRg no RMS 44.887/SP, Rel. Ministro HERMAN

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 11/11/2015).

3. No caso, a agravante optou pela reiteração das teses veiculadas na inicial do mandado de segurança para justificar o inconformismo com a solução dada pelo Tribunal de origem, sem se contrapor aos fundamentos adotados no voto condutor, descumprindo, portanto, o ônus da dialeticidade. Incide, ao caso, o teor da Súmula 283/STF.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no RMS 43.815/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 27/05/2016).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. INGRESSO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DO VERBETE SUMULAR N. 283/STF. RECONHECIMENTO INCIDENTAL DA INCONSTITUCIONALIDADE. EFEITO INTER PARTES.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, do verbatim sumular n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III - Outrossim, a alegada violação ao princípio da isonomia não merece acolhimento, porquanto o reconhecimento incidental da inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar n. 77/93 (RE n. 248.875-5) tem repercussão apenas inter partes, em razão da eficácia subjetiva da coisa julgada, nos termos do art. 472 do Código de Processo Civil.

IV - Agravo Regimental improvido (AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30/06/2016).

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. DEMISSÃO. ILEGITIMIDADE DA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA. DECADÊNCIA DO MANDAMUS. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO DA ORIGEM. INOBSERVÂNCIA DA DIALETICIDADE. SÚMULA 283/STF.

1. Verifica-se que a Corte de origem denegou a segurança com base em dois fundamentos: o reconhecimento da ilegitimidade passiva da autoridade apontada como coatora bem como a decadência do mandamus. Contudo, a questão da decadência não foi atacada pelo recorrente.

2. É pacífica no STJ a orientação de que não se conhece de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança quando a parte não impugna, especificamente, os fundamentos que dão suporte ao acórdão hostilizado. Logo, impõe-se o teor da Súmula 283/STF, por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

3. "Se o acórdão de denegação da ordem mandamental fundamenta-se em

dois motivos considerados autônomos e, portanto, suficientes para manter o resultado desfavorável aos interesses do impetrante, cumpre-lhe na petição do recurso ordinário a refutação de ambos os motivos, pena de desatenção ao ônus da dialeticidade" (AgRg no RMS 49.108/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/05/2016, DJe 16/5/2016).

4. Recurso Ordinário não provido (RMS 51.310/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 07/10/2016).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: "Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015.

Recurso ordinário não conhecido (RMS 46.487/CE, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 18/08/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 283/STF. PREJUDICIAL DE MÉRITO.

I - Exsurge a aplicação da Súmula n. 283/STF nos casos em que o recurso não impugna fundamento expendido no acórdão atacado apto, por si só, para a manutenção do decisum guerreado.

II - A aplicação do referido Enunciado torna prejudicial a análise do mérito.

III - Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no RMS 33.748/GO, Rel. Min. Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/02/2015).

Prejudicado, portanto, o pedido liminar.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, XVIII, "a", do RI/STJ, não conheço do recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

